



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil (2003-2013)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Arland Tássio de Bruchard Costa	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Estudante
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este artigo busca analisar a situação de trabalho e renda da classe trabalhadora brasileira atualmente e as mudanças pelas quais passou desde a chegada do PT ao poder em 2003. Este tema vem sendo amplamente debatido na academia brasileira, sobretudo a partir do crescimento da renda de uma parcela desta classe, apelidada eufemisticamente de “nova classe média”. A pesquisa foi realizada a partir da obra de Marx e da Teoria Marxista da Dependência, em especial da categoria “superexploração da força de trabalho”, formulada por Ruy Mauro Marini para explicar como, submetido à permanente transferência de valor em direção aos países centrais, o capitalismo dependente necessita, para manter a acumulação de capital, violar sistematicamente o valor da força de trabalho, seja através de redução salarial ou da submissão do trabalhador a jornadas mais extensas e intensas do que o normal. Comprovou-se a vigência da superexploração da força de trabalho no Brasil e o seu abrandamento na última década. Por fim, procurou-se iniciar o debate para identificar as razões do abrandamento e seus limites.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Superexploração da força de trabalho; nova classe média; teoria marxista da dependência			
ABSTRACT			
KEYWORDS			
EIXO TEMÁTICO			

Introdução

Após 2 décadas como principal representação política da classe trabalhadora brasileira e principal força contestadora às elites brasileiras, o PT chega ao poder em 2003 e, desde então, sustenta um Governo altamente contraditório. Este partido deixou de ser uma grande ameaça à burguesia brasileira para ganhar sua confiança na medida em que abriu mão de um programa radical para o Brasil. Nas palavras de Aloízio Mercadante, importante líder do PT e atual Ministro da Educação: “Na “Carta ao Povo Brasileiro”, lançada em julho de 2002, abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento” (OLIVA, 2010). A maior expressão disto é a manutenção da política econômica herdada dos governos do PSDB: superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação. O que Mercadante eufemisticamente chama de “abdicar de uma estratégia de ruptura” significa, na prática, não enfrentar os pontos cruciais do subdesenvolvimento, modelo que condena milhões de brasileiros à miséria.

Ao mesmo tempo, o PT goza de imenso prestígio entre os trabalhadores brasileiros, desde os sindicalizados até, e principalmente, da parcela mais pauperizada da população brasileira, que sofre com o subemprego, o desemprego. Retoricamente, o PT sustenta que, embora tenha mantido a responsabilidade do Governo, possui uma “visão social” que permite, sem realizar qualquer mudança estrutural, amenizar as conseqüências mais nefastas que o subdesenvolvimento reserva à classe trabalhadora brasileira.

Nesta conjuntura, é fundamental estudar em que consiste concretamente a retórica governista no cotidiano da classe trabalhadora. As condições de renda e trabalho da classe trabalhadora brasileira realmente melhoraram? Estaríamos, portanto, diante de um “novo modelo” de desenvolvimento que logra, abdicando de rupturas, superar as nefastas conseqüências que o capitalismo dependente reserva à imensa maioria da população brasileira?

Para iniciar este debate, faremos uma breve revisão da incorporação da América Latina ao mercado mundial na condição de subdesenvolvimento e suas conseqüências para a classe trabalhadora nesta região. Em particular, recuperaremos a Teoria Marxista da Dependência a partir de seu principal expoente – Ruy Mauro Marini – para expor os conceitos fundamentais que utilizaremos para fazer a análise concreta das condições de renda e trabalho da classe trabalhadora atualmente, além das mudanças ocorridas desde a chegada do PT ao poder.

Incorporação da América Latina ao Mercado Mundial e Dependência

A “descoberta” da América Latina no século XV insere-se em um contexto em que os países mais avançados da Europa disputavam entre si o controle de diversas regiões do mundo, com objetivos basicamente mercantilistas: ampliar o comércio e, onde era possível, explorar a terra e o trabalho neste “novo mundo” para apropriar-se de suas riquezas.

A incorporação da América Latina neste sistema evidencia as práticas de dominação utilizadas pelos colonizadores. Neste continente, diversos povos foram escravizados ou dizimados para iniciar-se a produção colonial, baseada na exploração das riquezas naturais em larga escala, encaminhando às metrópoles bens minerais ou agrícolas, dependendo da disponibilidade de cada região. São diversos os produtos explorados em cada região que, na prática, cumpriram basicamente duas funções: a) rebaixamento dos salários a partir da exploração de bens de consumo da classe trabalhadora nas metrópoles; b) diminuição dos custos de insumos a partir da apropriação de matérias-primas.

Tal era a importância do comércio exterior para o desenvolvimento dos países mais avançados da Europa que David Ricardo, principal expressão intelectual da burguesia inglesa do século XIX, dedicou um capítulo inteiro de sua obra “Princípios de Economia Política e Tributação” a este tema, argumentando que:

a taxa de lucros só pode se elevar por uma redução dos salários, e que estes só podem cair permanentemente em consequência de uma queda do preço dos gêneros de primeira necessidade, nos quais os salários são gastos. Se, portanto, por uma ampliação do comércio exterior, ou devido a melhoramentos na maquinaria, os alimentos e os bens necessários ao trabalhador puderem chegar ao mercado com preços reduzidos, os lucros aumentarão. (RICARDO, 1996, p.152).

Do ponto de vista da metrópole, o comércio colonial acelerava a acumulação de capital na indústria, ampliava sua capacidade produtiva e, paralelamente, permitia a consolidação do assalariamento como forma dominante de trabalho.

Do ponto de vista da colônia, o que imperava era a determinação externa de sua dinâmica de produção, orientada pelas necessidades de acumulação das metrópoles. De igual forma, o regime de trabalho variava entre servidão e escravidão, dependendo da disponibilidade da mão-de-obra, com o intuito de extrair o máximo de excedente de cada trabalhador, ainda que este falo os levasse ao esgotamento prematuro, já que estes não eram fundamentais na realização da produção.

Ou seja, os países da América Latina incorporaram-se ao comércio internacional para atender a necessidade de países europeus de acumulação, cumprindo papel fundamental na consolidação da Grande Indústria e, portanto, da apropriação da Mais-Valia Relativa como principal instrumento de ampliação da exploração da forma de trabalho. Nas palavras de Marini,

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2005, p. 140).

Consolidada a Revolução Industrial, passou a ser interesse da Inglaterra – principal potência da época – acabar com o monopólio colonial que dificultava a importação de matérias-primas e bens-salário como o escoamento de sua produção, já com níveis de produtividade muito superiores ao restante dos países. Segundo Marini, “A ruptura do monopólio colonial se torna então uma necessidade e, com isso, desencadeia-se o processo de independência política” (MARINI, 2012, p.48). A Independência dos países na América Latina não constituiu, portanto, um rompimento com este sistema de apropriação de excedente dos países periféricos por parte dos centrais no sentido de retirar o “atraso” desta região, e sim uma continuidade – em um patamar mais complexo – da extração de excedente produzido nesta região por parte dos países que se industrializavam. Estes processos corresponderam precisamente às necessidades da Inglaterra, com a indústria já consolidada pelo protecionismo do período anterior, de acabar com as barreiras que o monopólio colonial lhe apresentava. De igual maneira, a Inglaterra realizou diversos esforços no sentido de acabar com o principal pilar de sustentação das colônias: o trabalho escravo.

No lugar do protecionismo e do monopólio colonial, os países da América Latina e sua produção passam a se articular diretamente com a Inglaterra e outras potências, através do “livre comércio”. As matérias-primas produzidas nesta região eram exportadas em troca da importação de manufaturas para consumo (por parte das elites locais estabelecidas), cuja produção atinge alto grau de produtividade após a Revolução Industrial. Estão colocados os fundamentos da estrutura de funcionamento do capitalismo: a divisão internacional do trabalho. Assim caracteriza-se a dependência, etapa contínua à colônia e consequência desta, mas qualitativamente diferente, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes” (MARINI, 2005, p.141).

Livre Comércio, Mais-Valia Extraordinária e Transferência de Valor

A ideologia do “livre comércio” utilizada pela Inglaterra é sintetizada por David Ricardo no clássico exemplo sobre o Tratado de Methuen, assinado com Portugal, em que o autor pressupõe a produtividade dos países na produção de vinho e tecidos da conforme a tabela seguinte:

	Portugal	Inglaterra	Portugal / Inglaterra
Tecido	90	100	11,1%
Vinho	80	120	50,0%

Tabela 1 - Quantidade de Homens Trabalhando por um ano para Produzir uma Quantidade Determinada de Vinhos e Tecidos.

Fonte: Elaboração própria. Dados baseados em (RICARDO, 1996).

Ou seja, Portugal possui maior produtividade tanto para vinhos quanto para tecidos, o que aparentemente leva à conclusão de que Portugal deveria produzir as duas mercadorias ao invés de recorrer à importação. Entretanto, afirma o autor, a vantagem de Portugal é relativamente maior na produção de vinhos. De tal forma, ainda que tenha maior produtividade nos dois setores, Portugal deveria deixar à Inglaterra a produção de tecidos e concentrar esforços na produção de vinhos, onde possui maiores vantagens. Ou ainda: caso não houvesse restrições e incentivos por parte dos governos, a tendência é justamente que cada país especialize-se naquilo que tem mais vantagens em relação aos outros. Segundo Ricardo

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. [...] **Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.** (RICARDO, 1996, p.53. Grifos meus).

É precisamente neste pressuposto – de que o comércio internacional funciona a partir de trocas de mercadorias com igual valor – que está a fragilidade da teoria de Ricardo. O próprio autor já revela em trechos de seu livro as fraquezas de sua teoria, quando afirma no capítulo XXXI:

A utilização de maquinaria num país nunca deveria deixar de ser incentivada, pois, se não for permitido ao capital obter o maior rendimento líquido que o emprego de máquinas possibilita, ele será transferido para o exterior [...] Se, no entanto, rejeitássemos o uso da maquinaria, enquanto os demais países o encorajassem, seríamos obrigados a exportar dinheiro em troca dos produtos estrangeiros até que o preço natural de nossos produtos baixasse para o mesmo nível de preço dos demais. **Trocando mercadorias com aqueles países, estaríamos entregando uma mercadoria que custa aqui dois dias de trabalho por uma mercadoria que custa um no exterior**, e essa troca desvantajosa seria a consequência de nossos próprios atos, pois a mercadoria exportada e que nos custa dois dias de trabalho, custaria apenas um (RICARDO, 1996, p.94. Grifos meus).

O autor apresenta em seu próprio livro, elementos necessários para a superação da ideologia de livre comércio que constrói. Estes elementos não são aprofundados porque anulariam sua própria hipótese, mas a partir do marxismo é possível realizar esta tarefa.

Por possuir forças produtivas muito mais avançadas e em constante aperfeiçoamento, os países industriais logram com muito mais facilidade o rebaixamento do valor individual das mercadorias produzidas através do aumento de produtividade. Como não há livre concorrência para estas mercadorias, estes países podem constantemente evitar uma queda no preço praticado no comércio internacional proporcional à elevação da produtividade. Esta queda que aconteceria naturalmente segundo a teoria de Ricardo sobre o comércio internacional – uma vez que as trocas efetivariam-se a partir do valor – não ocorre.

Estabelecida a Divisão Internacional do Trabalho, os capitalistas dos países industriais utilizam-se de instrumentos diversos para não repassar aos preços o aumento de produtividade que logram. Teoricamente as mercadorias são trocadas pelo seu valor, mas em termos concretos há diversas formas de descolar os preços daquele que corresponderia ao valor da mercadoria.

Instrumento semelhante é utilizado por capitalistas individualmente. Ao rebaixar o valor individual das mercadorias que produz sem que se altere o valor socialmente médio para sua produção, o capitalista obtém uma vantagem em relação aos seus concorrentes. Na prática, apropria-se de uma parcela da mais-valia superior – ou mais-valia extraordinária – ao que seria normal se sua mercadoria fosse vendida pelo preço correspondente ao seu valor individual. Altera-se, a partir deste instrumento, a distribuição de excedente entre os capitalistas concorrentes de determinado setor de produção em prol daquele com maior produtividade. Caso o aumento de produtividade generalize-se no setor, este capitalista perde sua vantagem em relação aos concorrentes.

Entre capitalistas de setores diferentes também há instrumentos de apropriar-se de mais-valia extraordinária, caso um setor logre a partir, por exemplo, de novas tecnologias, rebaixar o valor individual das mercadorias, mas, por razões diversas (como um certo grau de monopólio em um setor que aumenta a produtividade) logre não repassar o rebaixamento de valor aos preços. Neste caso, os capitalistas deste ramo apropriam-se de parte da mais-valia produzida nos outros setores.

No comércio internacional ocorrem os mesmos mecanismos, tanto para capitalistas do mesmo setor (em prol daquele com maior produtividade) como de setores diferentes. Como é restrito o número de países capazes de alcançar um patamar elevado de produtividade, este seleto grupo é capaz de não repassar aos preços a queda no valor das mercadorias das quais têm monopólio ou na produção das quais possui forças produtivas mais avançadas que seus concorrentes. Apropriam-se constantemente, através de mecanismos do mercado, de parte do excedente produzido nos países que possuem menor capacidade produtiva. Em outras palavras, estabelecida a Divisão Internacional do Trabalho e a diferença enorme de produtividade entre os

países, os capitalistas dos países centrais absorvem permanentemente valor produzido nos países dependentes.

Reside na ocultação deste instrumento – a transferência de valor – a principal virtude de Ricardo na construção de sua concepção de comércio exterior, em que defende uma concepção diametralmente oposta àquela aplicada pela Inglaterra para tornar-se a maior potência industrial de sua época. O instrumento para a ocultação é o pressuposto de que as trocas efetivam-se entre produtos que contém individualmente a mesma quantidade de horas. Como a determinação do valor de uma mercadoria é social e não individualmente – fato também ocultado por Ricardo – concretamente é possível que as trocas sejam permanentemente feitas por produtos de valores individuais diferentes.

Imperialismo e Novas Formas de Transferência de Valor.

A transferência aos países centrais de excedente produzido na América Latina inicia-se no plano comercial, através do intercâmbio desigual. Assume, entretanto, diversas formas, também na esfera financeira e produtiva.

Outras formas aparecem conforme se desenvolve o capitalismo. Lenin, observando as transformações que o capitalismo sofria no início do século XX afirma que o capitalismo baseado na livre concorrência provocou tamanha concentração de capitais que transformou-se em monopólico, com a conformação de diversos trustes e corporações, que passaram a ditar os rumos da acumulação de capitais. Em suas palavras, “O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital”. Ou seja, “Constituiu-se um enorme excedente de capital nos países avançados”, tendo como consequência “A necessidade de exportação de capitais [que] obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo amadureceu excessivamente e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação lucrativa”. Os capitais são destinados aos países atrasados, já que “Neste países o lucro é em geral mais elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-prima baratas” (LENIN, 2008 p. 61-62). Esta nova etapa do capitalismo é denominada por Lenin de “imperialista”.

Se antes a disputa entre as potências se dava por colônias e o monopólio das metrópoles no recebimento de matérias-prima e bens-salário, entre o final do século XIX e início do século XX passa a ser imperialista, pela conquista de novos países para investir seu capital acumulado, em busca de altas taxas de lucro.

Marini segue na mesma direção, afirmando que “O avanço conseguido pela concentração de capital em escala mundial coloca então nas mãos das grandes corporações imperialistas, que necessitam aplicação no exterior” (MARINI, 2005, p. 174). Ou seja, capitais acumulados nos países centrais são destinados aos países dependentes para valorização sob diferentes aparências, pois encontram nestes países maiores possibilidades de lucro, devido à superexploração da força de trabalho (p. 174). Estes instrumentos podem ser observados com nitidez após o capital realizar seu ciclo no país dependente. “Hay que considerar además, como ya señalamos, que el capital extranjero no solo se mueve en un sentido, el de ingreso a la economía, sino también en el sentido inverso, de salida de aquélla”. Após o investimento em um país dependente, o capital tem direito a uma parcela do mais-valor produzido, sob diversas formas, como o lucro, e “Ello da lugar a transferencia de plusvalía al exterior” (MARINI, 1979). Para demonstrar seu argumento na prática, Marini argumenta que, embora entre 1960-67 apenas 30% do investimento direto que os Estados Unidos realizaram no mundo tenha sido destinado aos países dependentes, estes foram responsáveis pelo envio de 60% do total de ingressos recebido naquele país sob a forma de lucro, juros e patentes. Ou seja, o deslocamento de capital para outros países significa, para os capitalistas dos países centrais, ampliação da taxa de lucro.

A origem do capital dinheiro que inicia o ciclo do capital na economia dependente já revela, sob duas formas, mecanismos de transferência de valor, se manifestando

Como inversión directa cuando de manera exclusiva o compartida, es decir asociada, el capitalista extranjero invierte directamente en la economía dependiente, deteniendo la propiedad total o parcial del capital productivo a que la inversión dio lugar y apropiándose directamente de la plusvalía total o parcial allí generada. Se presenta como inversión indirecta cuando el capital extranjero se pone a disposición de los capitalistas internos (nacionales y extranjeros), bajo la forma de préstamos o financiamientos, contratados directamente con los capitalistas receptores o con el estado, que los redistribuye a éstos o los integra a su propia inversión. (MARINI, 1979)

Há, nos casos de investimento direto, instrumentos que funcionam internamente na empresas e são difíceis de captar que funcionam para a repatriação de lucros. Consistem em subfaturamento ou superfaturamento de preços dos produtos vendidos internamente, entre as diferentes sedes de uma determinada. Vender, por exemplo, uma máquina à filial em um país dependente por um preço muito acima do preço de mercado é uma forma de transferência de mais-valor.

Além disso, a especulação no mercado financeiro funciona de forma parecida – o capital é investido nos países dependentes para valorização e repatriação nos países centrais – embora os capitais tenham maior flexibilidade para serem retirados.

Por fim, diretamente na esfera produtiva do ciclo do capital, há também instrumentos utilizados pelo capital para transferir valor em direção aos países centrais. Como “la industria manufacturera de los países dependientes se apoya em buena parte en el sector de bienes de capital de los países capitalistas avanzados [...] En consecuencia, esa industria manufacturera [...] debe importar también conocimiento para operar esos médios de producción y, eventualmente, fabricarlos.”. Ou seja, além da própria aquisição dos meios de produção geralmente incluir deslocamento de recursos para o exterior, a própria utilização e manutenção deles requer o pagamento de royalties e assistência técnica, “que constituyen otros tantos factores de transferencia de plusvalía, de descapitalización” (MARINI, 1979).

Não é objetivo deste trabalho estudar profundamente cada forma de transferência de valor dos países dependentes em direção aos centrais. O essencial é ter claro que estas formas são produtos da imensa diferença na capacidade produtiva e da função qualitativamente diferente que os países periféricos e centrais cumprem na Divisão Internacional do Trabalho, e caminham no sentido de manter e aprofundar esta estrutura.

Dependência e Superexploração

O que para os capitalistas dos países centrais significa auferir permanentemente mais-valia extraordinária através de instrumentos de burlar a lei do valor, para os capitalistas da América Latina significa perdas constantes, na medida em que uma parcela do excedente social é transferido para o exterior. Incapaz de compensar estas perdas na esfera do comércio ou finanças internacionais, o capitalista na América Latina tem apenas uma opção compensatória para manter sua taxa de lucros, conforme descreve Marini

“o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, [...] incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna” (MARINI, 2005, p. 154).

O mecanismo de compensação da transferência de valor aos países centrais ocorre na esfera da produção de mercadorias a partir da ampliação e intensificação da jornada de trabalho, da redução de salários, ampliação do exército industrial de reserva, informalização do trabalho. Em outras palavras, a única possibilidade que os capitalistas dos países dependentes têm para manter suas taxas de lucro sem impedir a transferência de valor – e não o fazem porque dependem desta estrutura para manter a acumulação de capital – é recorrer sistematicamente à violação do valor da força de trabalho, de basicamente 3 formas: pagamento (salário) inferior ao necessário para que o

trabalhador mantenha o consumo de sua família em condições mínimas e submissão do trabalhador a jornadas mais extensas e intensivas, causando esgotamento precoce da força de trabalho.

Como, ao contrário do que ocorre nos países centrais, os trabalhadores não são consumidores dos principais produtos elaborados na América Latina já que a realização da produção é principalmente externa, é mínimo o prejuízo para as classes dominantes na realização de mercadorias quando seu poder de compra é reduzido. Os setores burgueses que dependem direta ou indiretamente do consumo proveniente do capital variável para a realização de sua produção são submetidos aos interesses dos setores exportadores.

Determinada pela esfera da circulação (comércio mundial), a esfera da produção de mercadorias na América Latina caminha, por mais paradoxal que pareça, no sentido diametralmente oposto ao dos países industriais. Segundo Marini

o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2005, p.144)

A violação do valor da força de trabalho é trabalhada brevemente por Marx como parte da dinâmica do capitalismo e ocorre nos países desenvolvidos em períodos de crise ou momentos específicos. O autor não aprofunda neste ponto porque o nível de abstração com o qual escreve, com o objetivo de desvendar os determinantes fundamentais do capitalismo, não lhe permite.

No entanto, o estudo da América Latina exige, além da compreensão das leis gerais do capitalismo, a compreensão das formas específicas como este se manifesta. Exige, portanto, capacidade de análise em um grau de abstração menor, que leve em conta a formação histórico-estrutural desta região e é por esta razão que Marini utiliza o conceito de superexploração da força de trabalho como um dos fundamentos da dependência, consequência nefasta da transferência de valor produzido nestes países e apropriado pelos centrais.

Neste sentido, Carcanholo afirma que:

“É preciso ressaltar que, no nível de abstração do livro I de *O capital*, no qual a questão é mais tratada, não fazia sentido analisar o aumento da taxa de mais-valia em razão da redução do salário, ainda que a possibilidade real de que isto aconteça tenha sido inúmeras vezes remarcada. Isto porque ali se tratava de entender o processo de produção do capital, abstraindo-se da análise todas as reais dificuldades que ele tem para circular e realizar o valor produzido, temática dos outros livros. Assim, no livro I desta obra, supõe-se que todo o valor produzido será realizado; ou melhor, que as mercadorias serão vendidas no volume e na magnitude de valor em que foram

produzidas. Em termos da mercadoria força de trabalho, isto significa que os salários corresponderiam ao valor da força de trabalho.” (CARCANHOLO, 2013, p. 80).

Por esta razão, “a *superexploração da força de trabalho* não pode ser considerada uma categoria em Marx, até em função do nível de abstração em que ele estava em *O capital*”. E conclui: “Dessa forma, esse “mecanismo de compensação” seria a *única* forma de o capitalismo dependente se desenvolver *capitalistamente*, o que comprova a especificidade objetiva e, portanto, categorial do capitalismo dependente”. (CARCANHOLO, 2013, p. 83).

A superexploração assume nesta região um caráter permanente e estrutural, levando centenas de milhões de trabalhadores à condição permanente de miséria. É um pressuposto da acumulação de capital dependente, em momentos de crise ou não. Constitui uma necessidade intrínseca à dinâmica capitalista na América Latina, sem a qual não se compreende a conformação social e econômica nos países desta região.

Atualidade da Superexploração da Força de Trabalho no Brasil

A superexploração da força de trabalho inclui fatores distintos (renda, intensidade e extensão da jornada de trabalho) e a avaliação de sua vigência no Brasil deve englobá-los. A dificuldade na seleção de critérios para avaliar as condições de renda e trabalho é proveniente da complexidade com que se reparte a produção na sociedade capitalista, sobretudo a parcela apropriada pelo Estado, que pode ser repassado a diferentes classes e setores de classe distintos. De nada adianta haver, por exemplo, uma ampliação do salário se houver, paralelamente, um sucateamento do sistema de saúde que force os trabalhadores a ampliar gastos com saúde na mesma proporção que sua renda aumenta. Portanto, não será objetivo deste trabalho – e nem seria possível que fosse – realizar uma avaliação perfeita do cenário, e sim utilizar alguns elementos centrais que, ainda que de forma incompleta, forneçam elementos para a análise.

Neste trabalho, utilizaremos como critério para a avaliação das condições de renda da classe trabalhadora o salário mínimo nacional, que, segundo o DIEESE¹ influencia direta ou indiretamente na renda de 45,5 milhões de trabalhadores brasileiros. Esta cifra inclui, sobretudo, os assalariados com menor remuneração no mercado de trabalho formal e informal, além de aposentados e desempregados que recebam seguro-desemprego. Este critério é mais preciso do que o salário médio porque capta as alterações da renda dos setores mais pauperizados e, portanto, submetidos à

¹ Relatório completo disponível no site:
<http://www.cut.org.br/sistema/ck/files/NT%20118%20dez%202012%20salarioMinimo2013.pdf>

superexploração. Além disso, serão também observados dados relacionados à intensidade e à extensão da jornada de trabalho. Por fim, haverá um subtópico específico para o Exército Industrial de Reserva, parcela da população desempregada ou subempregada que não possui diversos direitos trabalhistas mínimos, além de pressionar para baixo a renda e as condições de trabalho da parcela dos trabalhadores empregados formais. Embora seja necessário em todos os países capitalistas, o Exército Industrial de Reserva normalmente atinge, nos países dependentes, parcelas gigantescas da massa trabalhadora.

Salário Mínimo

Quando o PT chegou ao poder em 2003, a realidade era um salário mínimo em patamares extremamente baixos, fruto de décadas que rebaixamento, e em lento processo de recuperação. Nos dois primeiros anos de mandato petista, o governo aplicou uma política ortodoxa de austeridade e cortes, de forma que o salário mínimo teve poucos avanços (3,82% segundo o DIEESE). Entretanto, passados, percebe-se claramente que com o PT no governo a tendência de recuperação do salário mínimo iniciada após 1994 – ano em que o Real foi implementado e o salário mínimo estabelecido em apenas R\$64,79 – manteve-se e foi ampliada. O ano de 2012 teve um salário mínimo de R\$622, com uma média de 25,46% do necessário (DIEESE) – 54,58% maior do que em 2002.

Por outra metodologia, deflacionando o aumento nominal de salários (de R\$200 para R\$678 ou 239% de aumento) através do INPC (87,17%), entre dezembro de 2002 e junho de 2013 o salário mínimo teve valorização real de 81,11%.

Os gráficos abaixo são claros: houve um aumento significativo no salário mínimo, embora este continue absolutamente insuficiente para a manutenção de uma família e seja muito inferior aos patamares alcançados na década de 60.



Gráfico 1 – Razão entre Salário Mínimo e Salário Necessário (média anual), em porcentagem.
Fonte: DIEESE. Elaboração própria.

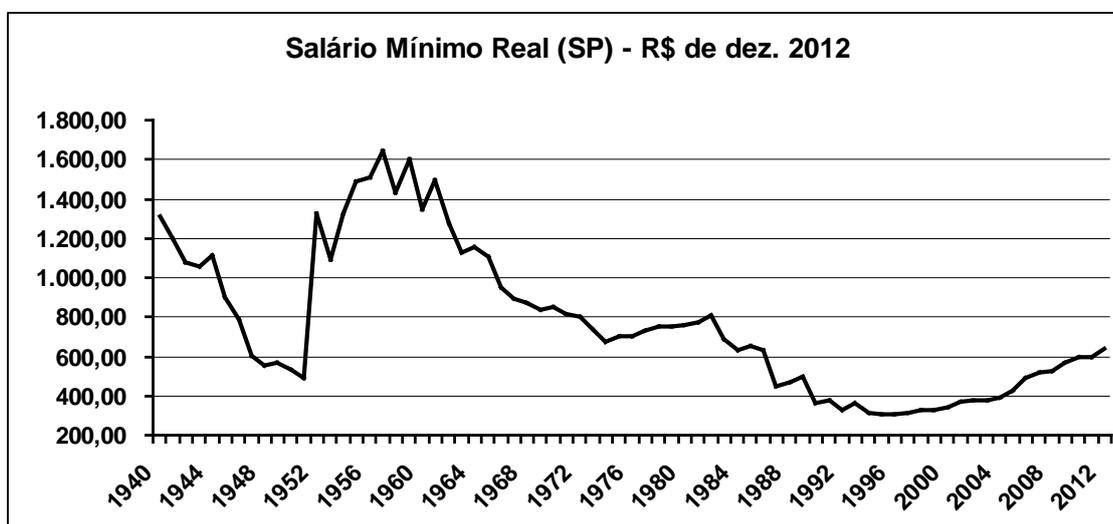


Gráfico 2 – Média anual do Salário Mínimo no município de São Paulo em R\$ de dez. 2012
Fonte: DIEESE. Elaboração própria.

Exército Industrial de Reserva

O preço da força de trabalho, bem como de todas as outras mercadorias, é influenciado diretamente pela relação de oferta e procura, podendo ser trocadas acima ou abaixo de seu valor. Quanto maior a oferta ou menor a demanda, maior a tendência à queda no preço. Quanto maior a demanda ou menor a oferta, a tendência é de elevação dos preços. Desde a perspectiva do capitalista, o desemprego cumpre a função de ampliar sua capacidade de rebaixar salários e endurecer as condições de trabalho. Marx utiliza o conceito de Exército Industrial de Reserva para descrever a massa de trabalhadores desempregados,

Desde a perspectiva dos trabalhadores desempregados em um país onde não exista benefícios como o seguro-desemprego que seja capaz de manter sua condição de vida, o

desemprego é uma das formas mais graves de superexploração, já que ele se encontra em uma situação em que se vê privado até mesmo de vender sua força de trabalho.

O trabalho informal tende a gerar os mesmos efeitos do desemprego, embora com impacto menor. É uma forma de burlar as leis trabalhistas. O empregador de um trabalhador informal beneficia-se amplamente por diferentes fatores: pode pagar ao trabalhador um salário inferior ao mínimo constitucional, não contribui com a Previdência Social, não precisa pagar férias, 13º salário, não tem custos com demissões, não tem nenhum custo com acidentes. Para o trabalhador, a informalização do trabalho intensifica a superexploração a partir da violação simultânea de sua capacidade de consumo, de direitos trabalhistas e de condições de trabalho. Para o capitalista, além da vantagem de comprar diretamente força de trabalho por um preço menor, o trabalhador informal ainda cumpre basicamente a mesma função do desempregado: pressiona os salários em seu conjunto para baixo, submete os trabalhadores em regime formal – receosos de perderem seus empregos – a condições piores de trabalho e jornadas mais amplas.

O desemprego e o subemprego constituem, portanto, fatores que afetam tanto o salário quanto as condições de trabalho da classe trabalhadora e é central para que os capitalista possam permanentemente comprar a força de trabalho por um preço inferior ao seu valor histórico-moral.

Dados do Censo e do PNAD indicam que, após a chegada do PT ao poder, houve uma diminuição significativa da taxa de desocupação e elevação da taxa de formalização dos empregos. Em 2002, 9,15% da População Economicamente Ativa (PEA) encontrava-se desocupada, sendo que entre os empregados 34,14% trabalhava de maneira informal. Em 2011, a taxa de desocupação caiu para 6,72% (queda de 26,5%) e a informalização para 24,62% (queda de 27,9%).

Tabela E: Números absolutos (em milhões) e relativos de trabalhadores desocupados e informais.

Ano	PEA	Ocupados	Empregados	C/ carteira	S/ carteira	Desocupados	Des./PEA	Sem Carteira
1999	81.175.749	73.345.531	37.681.753	20.120.892	12.696.987	7.830.218	9,65%	33,70%
2000	77.467.473	65.629.892	43.694.129	23.929.433	16.071.534	11.837.581	15,28%	36,78%
2001	83.243.239	75.458.172	40.932.487	22.179.855	13.876.942	7.785.067	9,35%	33,90%
2002	86.055.645	78.179.622	42.408.306	22.933.176	14.479.949	7.876.023	9,15%	34,14%
2003	87.787.660	79.250.627	43.089.178	23.704.107	14.150.431	8.537.033	9,72%	32,84%
2004	92.860.128	84.596.294	46.699.957	25.692.468	15.435.870	8.263.834	8,90%	33,05%
2005	96.031.971	87.089.976	47.985.988	27.046.296	15.448.900	8.941.995	9,31%	32,19%
2006	97.528.000	89.318.000	50.056.000	28.344.000	15.810.000	8.210.000	8,42%	31,58%
2007	97.872.000	90.786.000	52.083.000	30.189.000	15.697.000	7.086.000	7,24%	30,14%
2008	99.500.000	92.395.000	60.813.000	33.656.000	20.736.000	7.105.000	7,14%	34,10%
2009	101.073.000	92.686.000	61.537.000	34.360.000	20.539.000	8.386.000	8,30%	33,38%
2010	93.504.659	86.353.839	61.176.567	43.758.448	17.418.119	7.150.820	7,65%	28,47%
2011	100.223.000	93.493.000	56.939.000	36.233.000	14.016.000	6.730.000	6,72%	24,62%

Tabela 2 – Números absolutos e relativos de trabalhadores desocupados e informais.

Fonte: PNAD e Censo (para os anos 2000 e 2010).

Segundo o CAGED, entre 2003 e 2012 o saldo líquido de empregos formais no Brasil foi de 13,8 milhões. O dado mais impactante é que empregos que recebem uma faixa salarial correspondente até 2 Salários Mínimos obtiveram um saldo líquido de 17 milhões e os empregos e os empregos com faixa salarial superior tiveram queda um pouco superior a 3 milhões.

Gráfico B: Saldo Líquido de Empregos Formais no Brasil entre 2003-2012 por Faixa de Salário.

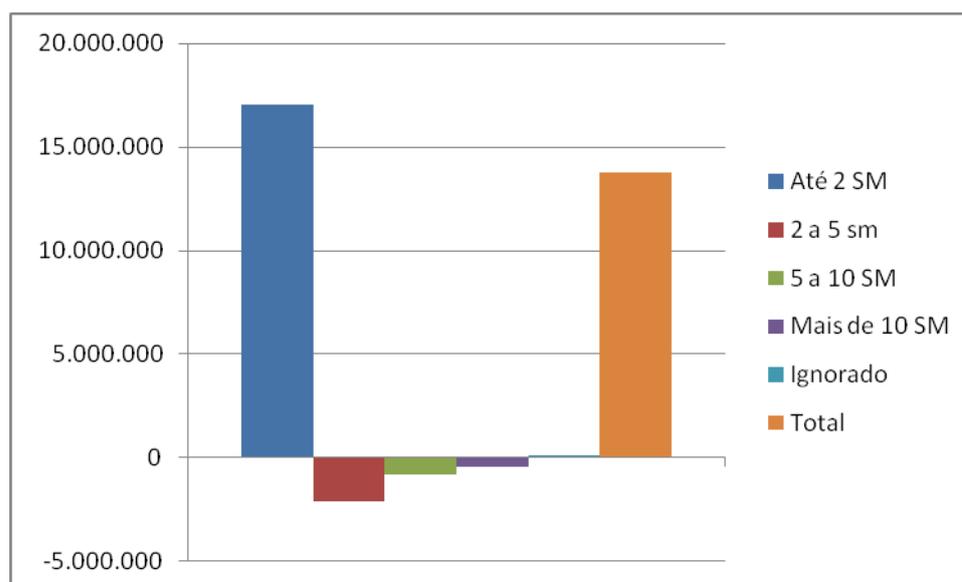


Gráfico 03 – Saldo Líquido de Empregos Formais no Brasil entre 2003-2012 por Faixa de Salário.
Fonte: CAGED

O gráfico mostra com clareza o movimento de crescimento dos empregos de menor remuneração. Uma interpretação simplista pode chegar à conclusão de que houve piora para os trabalhadores ou, ainda, favorecimento dos trabalhadores com remuneração pior em troca de piora nos empregos de remuneração superior. É importante ressaltar que a grande maioria dos empregos criados corresponde a vagas que antes não existiam ou estavam no mercado informal, de forma que, embora não possibilitem aos empregados condições razoáveis de vida, os coloca em condições muito melhores do que no mercado informal ou o desemprego.

De maneira resumida, as taxas de desemprego e, sobretudo, de trabalho informal no Brasil comprovam a condição estrutural da superexploração da força de trabalho neste país. Houve, entretanto, melhoras consideráveis nos últimos 10 anos.

Extensão da Jornada de Trabalho.

A Tabela a seguinte expõe de maneira clara a proporção de trabalhadores que cumprem jornadas superiores a 44 horas semanais, o que evidentemente os leva ao desgaste intenso de força física e mental.

	Ocupados	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
2002	78.179.622	5.086.744	16.862.949	25.015.116	13.146.067	18.012.783
Proporção	100%	6,51%	21,57%	32,00%	16,82%	23,04%
2011	92.686.000	5.359.000	20.415.000	37.384.000	12.989.000	16.539.000
Proporção	100%	5,78%	22,03%	40,33%	14,01%	17,84%

Tabela 3 – Números Absolutos e Relativos de Ocupados que Cumprem Jornada Superior à Legal no Brasil, em 2002 e 2011.

Fonte: PNAD.

A proporção de trabalhadores com jornada superior a 44 horas passou de 39,86% em 2002 para 31,85% em 2011, diminuição de 20,1% ou 8,01 pontos percentuais. Este é praticamente o aumento proporcional que teve os trabalhadores com jornadas entre 40 e 44 horas.

A extensão da jornada de trabalho acima da normalidade é uma das maneiras que o capital tem para violar o fundo de vida do trabalhador e ampliar o tempo de trabalho não-pago, constituindo uma forma superexploração. Ainda é, portanto, alarmante que quase um em cada três

trabalhadores cumpram jornadas superiores a 44 horas semanais. De toda a forma, é necessário reconhecer uma melhora neste quesito no Brasil na última década.

Intensidade do Trabalho.

Dentre as formas que a superexploração assume, a mais difícil de captar é o aumento na intensidade do trabalho. Diferente do salário mínimo ou das taxas de desemprego, não há um dado que permita analisar com precisão as alterações ocorridas nas diferentes profissões no país inteiro. O aumento da intensidade do trabalho resulta em maior produtividade, mas não é muito difícil calcular sua influência porque a elevação da produtividade pode ser fruto de inovações técnicas, por exemplo.

O único dado que permite analisar as mudanças gerais na intensidade do trabalho em um país é o total de acidentes de trabalho. Um aumento na proporção de trabalhadores acidentados indica intensificação do trabalho e elevação do desgaste físico e psíquico da força do trabalho (Luce, 2013). Ainda assim, é um indicador frágil pois depende de fiscalização dos órgãos estatais e é, entre todos os analisados, o mais fácil para o capital omitir, sobretudo nos empregos informais.

Na tabela a seguir, observa-se os dados de acidentes de trabalho no Brasil, disponibilizados pelo INSS para o período 1999-2011. Este órgão possui um sistema de comunicação de acidentes denominado Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), instrumento para que as empresas registrem ao INSS os acidentes para que este tome os procedimentos necessários. Os acidentes são divididos em 4 tipos: a) Acidentes com Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT)²; b) Acidentes sem CAT; c) Doenças de Trabalho; d) Acidentes de Trajeto. A partir de 2007, o INSS passou a calcular os acidentes sem CAT, que “são obtidos pelo levantamento da diferença entre o conjunto de benefícios acidentários concedidos pelo INSS com data de acidente no ano civil e o conjunto de benefícios acidentários concedidos com CAT vinculada, referente ao mesmo ano.” (INSS,2011, p.14)³. Outra mudança ocorrida em 2007 foi a inclusão de aposentados por invalidez nos critérios de acidentes de trabalho (INSS, 2011, p.10). Enquanto a primeira alteração é apresentada a partir de dados separados, o que permite isolá-los para uma análise da série histórica, a segunda alteração apenas eleva o número de acidentes com CAT a partir de 2007.

²O CAT é a forma pela qual os empregadores devem notificar o INSS em relação aos acidentes de trabalho. (INSS, 2011).

³Toda os detalhes dos registros e da metodologia está disponível em: http://www.inss.gov.br/arquivos/office/1_130129-095049-870.pdf . Para este trabalho, basta observar que houve algumas mudanças metodológicas que influenciam na análise da série histórica.

Ano	Acidentes com CAT			Sem CAT	Total CAT	Ocupados	CAT/Ocupados
	Típico	Trajetos	Doença de Trabalho				
1999	326.404	37.513	23.903	0	387.820	73.345.531	0,53%
2000	304.963	39.300	19.605	0	363.868	65.629.892	0,55%
2001	282.965	38.799	18.487	0	340.251	75.458.172	0,45%
2002	323.879	46.881	22.311	0	393.071	78.179.622	0,50%
2003	325.577	49.642	23.858	0	399.077	79.250.627	0,50%
2004	375.171	60.335	30.194	0	465.700	84.596.294	0,55%
2005	398.613	67.971	33.096	0	499.680	87.089.976	0,57%
2006	407.426	74.636	30.170	0	512.232	89.318.000	0,57%
2007	417.036	79.005	22.374	141.108	518.415	90.786.000	0,57%
2008	438.536	88.156	18.576	202.395	545.268	92.395.000	0,59%
2009	424.498	90.180	19.570	199.117	534.248	92.686.000	0,58%
2010	417.295	95.321	17.177	179.681	529.793	86.353.839	0,61%
2011	423.167	100.230	15.083	172.684	538.480	93.493.000	0,58%

Tabela 4 – Tabela 12 – Números Absolutos e Relativos de Acidentes de Trabalho no Brasil, 1999-2011.
Fonte: DIEESE e PNAD.

Observando os dados de acidentes de trabalho em relação ao total de trabalhadores ocupados, percebe-se que houve, entre 2002 e 2011, elevação do número relativo de acidentes de trabalho registrados no Brasil, na ordem de 14,6%. Os dados levam, portanto, à conclusão de que na última década os trabalhadores brasileiros passaram por um processo de intensificação do trabalho.

Entretanto, como observado anteriormente, a mudança metodológica influencia na elevação dos resultados. Além disso, a queda de aproximadamente 15% nos acidentes de trabalho sem registro ocorrida entre 2008 e 2011 (em 2007 os dados desta variável são apenas a partir de Abril, quando entrou em vigor a nova metodologia) pode ser um indicativo de que, conforme argumenta o Governo, realmente a fiscalização tornou-se mais rigorosa – já que diminui a proporção de casos atendidos pelo INSS que não foram devidamente registrados – embora o período seja muito curto para afirmar isto com certeza. Ou seja, embora os dados indiquem aumento da intensidade do trabalho no Brasil, não se pode chegar a uma conclusão precisa em relação ao tema.

Abrandamento da Superexploração no Brasil

Com os dados analisados, não há outra conclusão possível além da vigência da superexploração do trabalhador no Brasil. A superexploração não aparece no Brasil apenas em determinados momentos para casos isolados ou para categorias específicas, e sim de forma generalizada e permanente, como uma marca estrutural de um país dependente. Em 2012, o salário

mínimo vigente no Brasil correspondeu a apenas 25,46% do necessário para a vida de uma família de 4 pessoas em condições normais, estabelecidas pela própria Constituição Brasileira (DIEESE). O salário mínimo em patamares tão baixos submete à superexploração os trabalhadores ativos, os que recebem seguro-desemprego e, ainda, os aposentados. Entre os ocupados, praticamente um em cada três trabalhadores (31,85% em 2011) cumprem jornadas superiores à estabelecida pela lei. Ainda mais alarmante é o fato de 17,84% dos trabalhadores terem uma jornada de trabalho semanal superior a 49 horas.

É necessário, entretanto, além de constatar a vigência e atualidade da superexploração da força de trabalho no Brasil, observar as mudanças recentes que ocorreram. Em resposta à ideologia governista do surgimento de uma pretensa “nova classe média”, Mathias Luce defende, equivocadamente, que “Do exposto até aqui, pode-se extrair algumas conclusões a respeito do **incremento da superexploração** no Brasil da última década” (LUCE, 2013, p. 186. Grifos meus).

Luce afirma corretamente que houve uma recuperação do salário mínimo real que, embora não tenha sido suficiente para compensar a queda nos anos anteriores, ampliou a capacidade de consumo da classe trabalhadora brasileira. Afirma, entretanto, que 3 fatores completam a situação da classe trabalhadora e representam o aprofundamento da superexploração da força de trabalho. Trabalharemos os 3 argumentos de forma separada para facilitar a compreensão de nossa discordância da conclusão a que chega Luce.

O primeiro argumento diz respeito a uma suposta extensão da jornada de trabalho que autor considera ter havido na última década. Os dados que utilizamos neste trabalho, da mesma forma como os que Luce utiliza, demonstram claramente o oposto: desde que o PT chegou ao poder, houve diminuição da parcela de trabalhadores cumprindo jornadas de trabalho maiores do que a legal.

O segundo argumento de Luce é que houve ampliação da intensidade do trabalho, baseado apenas nos dados – já apresentados neste trabalho – de elevação do número de acidentes de trabalho registrados no Brasil. Embora os dados apontem para a conclusão do autor, há algumas questões a serem consideradas: a) o total de acidentes de trabalho não é um dado relevante porque não leva em consideração o crescimento do número de trabalhadores; b) A elevação registrada foi, eliminando os acidentes sem registros (que começaram a ser contabilizados apenas em 2007) de 14,6% entre 2002 e 2011, o que pode ser explicado por mudanças nos critérios, englobando um universo maior de acidentes, além de um possível aumento da fiscalização por parte do Governo, o que parece ser verdadeiro, uma vez que a quantidade de acidentes sem registros apresenta queda. O dado de

acidentes de trabalho não é, portanto, confiável para afirmar que houve aumento da intensidade do trabalho no Brasil nestes 10 anos.

O terceiro argumento utilizado por Luce é mais complexo. O autor reivindica que, embora a capacidade de consumo da classe trabalhadora brasileira tenha se elevado na última década, houve uma elevação do valor histórico-moral da força de trabalho superior ao aumento de renda. Em outras palavras, isto significa que novos bens teriam sido incorporados na cesta de consumo da classe trabalhadora, como por exemplo eletrodomésticos, sem que elevação de renda correspondente, o que obriga os trabalhadores endividar-se – e, portanto, sacrificando sua capacidade futura de consumo – para adquirir estes bens.

O tema levantado pelo autor é fundamental e deve ser aprofundado, dada a elevação brusca das taxas de endividamento das famílias brasileiras recentemente. Entretanto, é importante ressaltar que a elevação da capacidade de endividar-se é proveniente justamente da elevação da renda destas famílias em uma conjuntura de alta liquidez no sistema financeiro. Além disso, dados do DIEESE – que o próprio autor utiliza – demonstram como o salário mínimo vigente cresceu em uma proporção superior ao necessário. A hipótese carece, portanto, de comprovação empírica e não pode ser utilizada para concluir que houve ampliação da superexploração da força de trabalho no Brasil.

Por último, Luce falha ao ignorar em seu trabalho a enorme importância do Exército Industrial de Reserva para a classe trabalhadora e não analisa a evolução dos índices de desemprego e subemprego no Brasil que, conforme apresentado neste trabalho, vão na direção oposta à conclusão que o autor chega. Houve na realidade abrandamento da superexploração da força de trabalho brasileira na última década.

Luce faz um importante esforço de crítica na crítica ao otimismo propagado pelo Governo e seus ideólogos, sobretudo à frágil noção de “nova classe média”. Equivoca-se, entretanto, ao avaliar que as condições de trabalho e renda da classe trabalhadora brasileira pioraram desde a chegada do PT ao poder. Esta interpretação é incapaz de explicar a realidade econômica e política dos setores subalternos do povo brasileiro que, embora sigam em condições extremamente precárias, passaram por um período de melhora

Por fim, cabe desfazer possíveis interpretações equivocadas que se possa fazer deste trabalho. Afirmar que houve abrandamento na superexploração da força de trabalho no Brasil na última década não significa corroborar com as teses governistas de que está surgindo no Brasil uma “nova classe média” ou de que os últimos 10 anos foram marcados por um Governo que inseriu o Brasil em um outro patamar de desenvolvimento em que, mantidas as estruturas dependentes, tem

uma “visão social” capaz de amenizar a miséria a que estão submetidas imensos contingentes populacionais.

Marcelo Carcanholo afirma que a superexploração se manifesta como ““tendência de queda permanente dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor” (CARCANHOLO, 2011, p.101, grifos meus)“. Marcelo Carcanholo apresenta o caminho a trilhar para buscar a explicação do fato de que as mudanças nas condições de trabalho e renda no Brasil foram no sentido contrário ao incremento da superexploração:

Relacionado aos condicionantes estruturais da dependência está o contexto internacional. Em momentos de expansão da economia mundial cresce a demanda pelas exportações das economias periféricas. Quando o ciclo de liquidez internacional está em alta, passa a existir crédito abundante nos mercados internacionais e, via de regra, com taxas de juros reduzidas. **Nesse contexto internacional favorável, ainda que continuem operando os condicionantes estruturais da dependência, existe certa margem de manobra para as economias dependentes.** (CARCANHOLO, 2011, p.102. Grifos meus).

A conjuntura externa deste período foi marcada por alta liquidez financeira internacional e crescimento do preço das principais commodities de exportação brasileiras permitem que a burguesia brasileira mantenha a acumulação de capital típica de um país dependente e, paralelamente, conceder alguns benefícios à classe trabalhadora. A tabela abaixo demonstra a evolução da balança comercial brasileira entre 2000 e 2011:

Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
2000	55,1	55,9	-0,7
2001	58,3	55,6	2,7
2002	60,4	47,2	13,2
2003	73,2	48,3	24,9
2004	96,7	62,8	33,8
2005	118,5	73,6	44,9
2006	137,8	91,4	46,5
2007	160,6	120,6	40
2008	197,9	173	25
2009	153	127,7	25,3
2010	201,9	181,8	20,1
2011	256	226,2	29,8

Tabela 5 – Total de Exportações, Importações e Saldo Comercial no Brasil (em bilhões de reais). 2000-2011. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O impacto da conjuntura internacional na balança comercial brasileira é evidente pois, embora nossa pauta de exportação seja cada vez mais típica de um país dependente (os produtos primários passaram de 26,4% em 2001 para 47,8% do total de exportações brasileiras em 2011), a

evolução dos preços foi favorável ao Brasil. A realidade é que nos últimos anos a tendência à diminuição dos preços dos produtos de exportação brasileiros em relação ao de importação não aconteceu. Ocorreu justamente o contrário, aumento mais do que proporcional dos preços de exportação dos produtos brasileiros. Os dados demonstram como o enorme saldo comercial logrado pelo Brasil desde 2000, chegando a 130 bilhões de dólares apenas somando os anos entre 2005 e 2007. O gráfico a seguir demonstra a evolução dos preços da soja e do minério de ferro, dois dos principais produtos de exportação brasileiros:

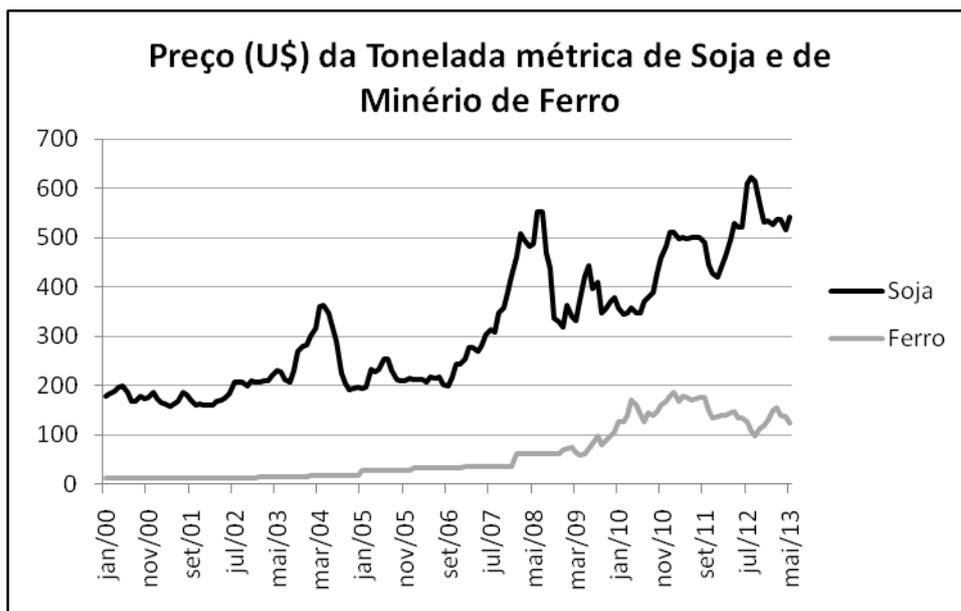


Gráfico 4 – Preço trimestral, em dólares, de uma tonelada métrica de soja e de minério de ferro, entre 2000 e 2013.

Fonte: Index Mundi.

Theotonio dos Santos afirma que “A história das economias e sociedades dependentes se divide entre as pressões para se ajustar a essas demandas [referindo-se à demanda por matérias-primas, produtos agrícolas e alguns produtos industriais] e as tentativas de escapar a esta sorte”, de forma que aquelas que melhor se ajustaram “viveram grandes auges econômicos”, embora ainda assim não tenham iniciado um processo autônomo de crescimento e tenham permanecido, portanto, em desvantagem. E, da mesma forma como se ajustaram às demandas internacionais, “submeteram-se, em geral, a uma sorte ingrata quando as suas riquezas se esgotaram ou quando mudou a orientação da demanda dos centros dominantes” (DOS SANTOS, 1994, p. 14).

A imagem de um país “bem comportado” corresponde precisamente ao sucesso no ajuste do país às demandas internacionais, que permitiram à burguesia amenizar minimamente as péssimas condições de vida da maioria do povo brasileiro. Os limites da manutenção deste “capitalismo com visão social” encontram-se, justamente, na principal debilidade de toda economia dependente – a determinação externa de sua dinâmica interna.

Referências Bibliográficas

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Integração regional dentro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento. In: MATTEI, Lauro. **América Latina no limiar do século XXI**. Florianópolis: Insular, 2011.

DOS SANTOS, Theotonio. **Evolução Histórica do Brasil: da Colônia à Crise da Nova República**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

INSS. **Anuário estatístico sobre os acidentes de trabalho**. 2011. Disponível em: <www.inss.gov.br/arquivos/office/1_130129-095049-870.pdf>. Acesso em: 19 de Maio de 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, p. 169-190, jan.-abr./2013.

MARINI, Ruy Mauro. **El ciclo del capital en la economía dependiente**. 1979. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/008_%20ciclo_es.htm>. Acesso em: 01 mai. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.) **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

OLIVA, Aloízio Mercadante. **As Bases do Novo-Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)**. 2010. 508 p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.